



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680092 - SP (2021/0218940-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CLAYTON FLORÊNCIO DOS REIS
ADVOGADO : CLAYTON FLORÊNCIO DOS REIS - SP221825
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANA LEONEL SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANA LEONEL SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 2137846-93.2021.8.26.0000).

A paciente cumpre pena privativa de 1 ano, 11 meses de 10 dias de reclusão. O juiz da execução penal sustou o regime aberto em razão da prática de novo crime doloso, nos termos do art. 118, inciso I, da Lei n. 7.210/84.

Sustenta o impetrante que a paciente não pôde comparecer à Vara de Execução Penal para apresentar justificativa ao descumprimento das condições do regime aberto, em razão da pandemia da covid-19.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja restabelecido o regime aberto à paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente